

RELATÓRIO

O Sector da Construção em Portugal - 2017



Ficha Técnica

Título:

Relatório Anual do Sector da Construção em Portugal | 2017

Edição:

Direção Financeira, de Estudos e de Estratégia

Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P.

Av. Júlio Dinis,11 | 1069-010 Lisboa

Telefone: 217 946 700 | Fax: 217 946 799 | Página da Internet: <http://www.impic.pt> | Email: geral@impic.pt

Junho 2018

Índice

1. Enquadramento Macroeconómico	5
1.1. Produto Interno Bruto (PIB)	6
1.2. Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)	7
1.3. O Valor Acrescentado Bruto (VAB).....	9
1.4. O Índice de Preços no Consumidor	10
1.5. O Mercado de Trabalho	11
2. O mercado em Portugal - indicadores sectoriais	13
2.1. Contextualização	13
2.2. Obras Particulares - Licenciadas e Concluídas.....	13
2.3. Obras Públicas.....	15
2.4. Taxa de juro implícita	16
2.5. Valores médios de avaliação bancária	17
2.6. Índice de Produção na Construção.....	18
2.7. Vendas de cimento para o mercado interno.....	18
2.8. Índice de Custos de Construção	19
2.9. Segurança no Trabalho.....	19
3. O tecido empresarial do sector da construção	20
3.1. Títulos emitidos.....	20
3.1.1. Distribuição por classe de alvarás.....	21
3.1.2. Distribuição geográfica	22
3.2. Análise da situação financeira das empresas no exercício de 2016.....	23
3.2.1. Sector da construção	23
4. A EUROPA.....	27
4.1. Portugal e os países do <i>Euroconstruct</i>	27
5. Síntese	29
6. Fontes Estatísticas	30

Quadros

Quadro 1 – Produto Interno Bruto 2007/2017 – Taxa de variação anual %.....	6
Quadro 2 – Composição do crescimento em volume do PIB - taxa de variação anual %.....	6
Quadro 3 – Evolução da Formação Bruta de Capital Fixo em volume.....	7
Quadro 4 – Evolução do Valor Acrescentado Bruto em volume	9
Quadro 5 – Número de fogos licenciados e concluídos em construções novas por região	15
Quadro 6 – Valor dos contratos de Empreitadas de Obras Públicas e seu peso	15
Quadro 7 – Evolução da Taxa de juro implícita	16
Quadro 8 – Valores médios de avaliação bancária – Habitação (Euros/m ²)	17
Quadro 9 – Vendas de Cimento para o mercado interno (milhares de toneladas).....	18
Quadro 10 – Classes de alvarás.....	20
Quadro 11 – Distribuição do número de empresas por classe de alvará.....	21
Quadro 12 – Amostra das empresas objeto de análise	23
Quadro 13 – Liquidez Geral	24
Quadro 14 – Número de empresas com Liquidez Geral inferior a 100% por classe	24
Quadro 15 – Autonomia Financeira	25
Quadro 16 – Número de empresas com Autonomia Financeira inferior a 5% por classe.....	25
Quadro 17 – Rentabilidade dos Capitais Próprios	25
Quadro 18 – Custos com Pessoal	26
Quadro 19 – Volume de Negócios em Obra	26
Quadro 20 – Output da Construção (taxas de crescimento real %).....	27

Gráficos

Gráfico 1 – PIB a preços de mercado – Dados encadeados em volume (Taxa de variação homóloga %)	6
Gráfico 2 – Peso da FBCF da Construção na FBCF Total (%)	7
Gráfico 3 – FBCF nos diversos segmentos - Dados encadeados em volume (Taxa de variação anual %).....	8
Gráfico 4 – Formação Bruta de Capital Fixo (taxas de variação homóloga %)	8
Gráfico 5 – Peso do VAB da Construção no VAB Total (%)	9
Gráfico 6 – Valor Acrescentado Bruto (taxas de variação homóloga %)	10
Gráfico 7 – Índice de Preços ao Consumidor em Portugal (variação média anual)	10
Gráfico 8 – População empregada - Variação Homóloga (%)	11
Gráfico 9 – Emprego na Construção / Emprego Total (%).....	11
Gráfico 10 – Emprego na Construção/Emprego Total - Variação homóloga (%)	12
Gráfico 11 – Número de Obras Licenciadas e Concluídas 2010 – 2017.....	14
Gráfico 12 – Número de Obras Licenciadas e Concluídas por trimestre	14
Gráfico 13 – Evolução das taxas de juro no crédito à habitação por destino de financiamento	16
Gráfico 14 – Evolução dos valores médios de avaliação bancária (valores em euros/m ²).....	17
Gráfico 15 – Índice de produção na construção	18
Gráfico 16 – Índice de custos de construção de habitação nova (variação homóloga %).....	19
Gráfico 17 – Número de acidentes de trabalho mortais	19
Gráfico 18 – Títulos habilitantes válidos 2010/2017	21
Gráfico 19 – Distribuição de Alvarás por Região Nuts II (2017).....	22
Gráfico 20 – Distribuição de Certificados por Região Nuts II (2017).....	22
Gráfico 21 – Produção no setor da construção versus PIB no conjunto dos Países do Euroconstruct (taxas de variação em %)	28

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A economia portuguesa, desde os finais de 2014 tem vindo a apresentar uma recuperação gradual, após a implementação do processo de ajustamento da economia portuguesa, iniciado no 1º semestre de 2011 e concluído em maio de 2014.

O ano de 2017 ficou marcado pela consolidação da recuperação económica iniciada em 2014. As taxas de crescimento dos indicadores são, agora, mais sustentadas.

Segundo dados do INE, 2011, 2012 e 2013, foram anos em que a atividade económica portuguesa registou uma contração significativa na maior parte dos indicadores macroeconómicos, sendo que em 2014, o PIB registou uma variação positiva, desde a chegada da *Troika*, marcando também o regresso ao crescimento do consumo privado. Em 2015 consolidou esta variação positiva, com uma taxa de crescimento de 1,8%, 2016: 1,6% e 2017 com uma taxa de crescimento “histórica”, no que se refere aos últimos anos: 2,7%.

O sector da construção apresenta também indicadores que exibem uma significativa recuperação relativamente aos anos anteriores. O índice de produção no setor registou uma variação homóloga de 2,2%, tendo no ano anterior registado cerca de -3,9%. O investimento neste setor apresentou uma variação homóloga positiva de 9,2% e de 6,7% do VAB das empresas de construção, de acordo com os dados disponibilizados pelo INE.

O emprego no sector apresentou uma evolução positiva com um crescimento de 6,1%, correspondendo a 307,5 mil indivíduos, mais 17,6 mil que em 2016. O peso deste sector equivale a 6,5%.

Este contexto macroeconómico também teve repercussões ao nível dos agentes económicos licenciados pelo IMPIC. As licenças para o setor da construção e do imobiliário apresentaram um crescimento face a 2016. No final de 2017, o número de agentes económicos com licença válida para a atividade da construção, aumentou 795 (1,6%) face a 2016.

Os detentores de alvará registaram um acréscimo de 9,5% (+ 1.948 agentes). No entanto, os detentores de certificados de Empreiteiro (anteriores Títulos de Registo), registaram uma diminuição de -3,9% (- 1.153 certificados) em relação a 2016.

Na área do imobiliário, verificou-se um aumento de 943 empresas de mediação imobiliária detentoras de licença, o que representou uma variação positiva de 21,1%, face a 2016.

1.1. Produto Interno Bruto (PIB)

Em 2017, a evolução do PIB, apresentou uma variação positiva de 2,7% em termos reais, traduzindo uma aceleração superior em 1,1 p.p. face à registada em 2016.

O contributo da procura interna para a variação do PIB registou um aumento de 2,8%. (1,6% em 2016), refletindo, sobretudo a aceleração do investimento.

Quadro 1 – Produto Interno Bruto 2007/2017 – Taxa de variação anual %

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
PIB	2,5	0,2	-3,0	1,9	-1,8	-4,0	-1,1	0,9	1,8	1,6	2,7

Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre de 2017 e ano 2017

As exportações e importações de bens e serviços registaram um crescimento de 7,9%, observando-se uma aceleração nas duas componentes face a 2016.

Em termos nominais, o PIB situou-se em cerca de 193 mil milhões de euros neste último ano.

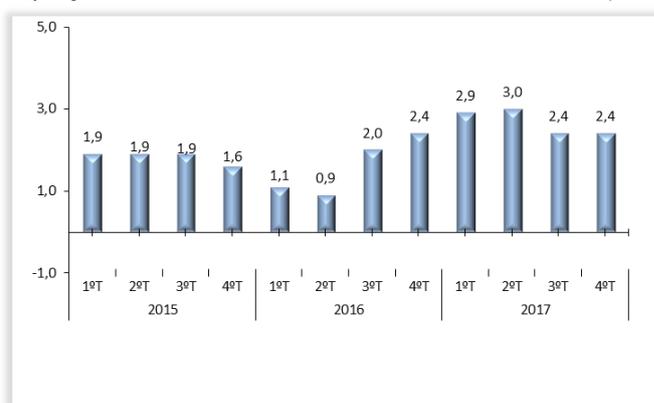
Quadro 2 – Composição do crescimento em volume do PIB - taxa de variação anual %

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Procura Interna	2,2	1,1	-3,5	1,9	-5,7	-7,3	-2,0	2,2	2,7	1,6	2,8
Exportações	7,3	-0,3	-10,2	9,5	7,0	3,4	7,0	4,3	6,1	4,4	7,9
Importações	5,4	2,5	-9,9	7,8	-5,8	-6,3	4,7	7,8	8,5	4,2	7,9

Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre de 2017 e ano 2017

Na análise trimestral, a variação homóloga do PIB em 2017 apresentou-se também positiva, no seguimento dos trimestres anteriores, com destaque para o 2º trimestre (3%).

Gráfico 1 – PIB a preços de mercado – Dados encadeados em volume (Taxa de variação homóloga %)



Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre de 2017 e ano 2017

1.2. Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)

A Formação Bruta de Capital Fixo tem tido um comportamento irregular ao longo dos anos. Em 2017 apresentou uma variação anual de 9% após registar uma variação também positiva mas mais modesta de 1,5% em 2016. Destaque-se para os anos de 2011 e 2012 em que a FBCF decresceu 12,5% e 16,6% respetivamente.

Quadro 3 – Evolução da Formação Bruta de Capital Fixo em volume

	Unidade: milhões de euros										
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
FBCF Total	40.365,4	40.514,4	37.447,3	37.094,9	32.451,8	27.057,7	25.689,8	26.287,1	27.821,7	28.226,8	30.768,1
Taxas de Variação Anual %	3,1	0,4	-7,6	-0,9	-12,5	-16,6	-5,1	2,3	5,8	1,5	9,0
FBCF da Construção	24.774,3	23.703,3	22.050,0	21.217,7	19.040,7	15.225,9	13.368,1	12.888,7	13.526,0	13.482,3	14.719,4
Taxas de Variação Anual %	-0,5	-4,3	-7,0	-3,8	-10,3	-20,0	-12,2	-3,6	4,9	-0,3	9,2

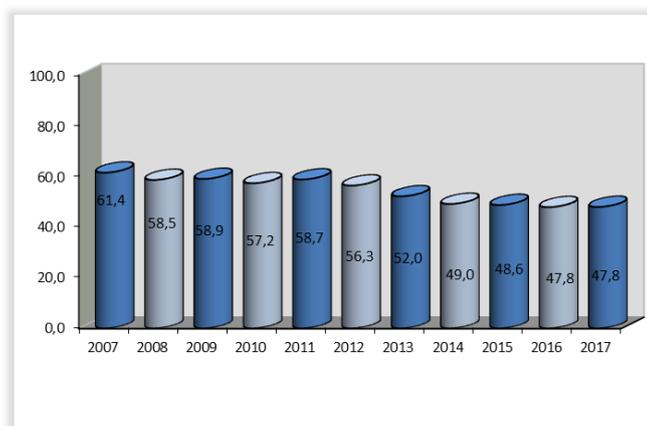
Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre de 2017 e ano 2017

Refira-se que em 2017 a FBCF no sector da construção foi a componente que mais contribuiu para a evolução da FBCF total neste ano, registando um aumento de 9,2%, após ter diminuído 0,3% em 2016. Observando o quadro, verifica-se aliás, que a FBCF no sector da construção, tem sempre apresentado variações negativas com exceção de 2015 (4,9%) e agora em 2017.

Não obstante, é notório que o peso da FBCF da construção tem perdido consistentemente peso na FBCF total. O ano de 2012 foi um ano em que o investimento no setor da construção sofreu uma queda significativa (-20%).

Comparando com 2007, o peso deste setor na FBCF total era de 61,4%. Em 2017 não chega aos 48%.

Gráfico 2 – Peso da FBCF da Construção na FBCF Total (%)

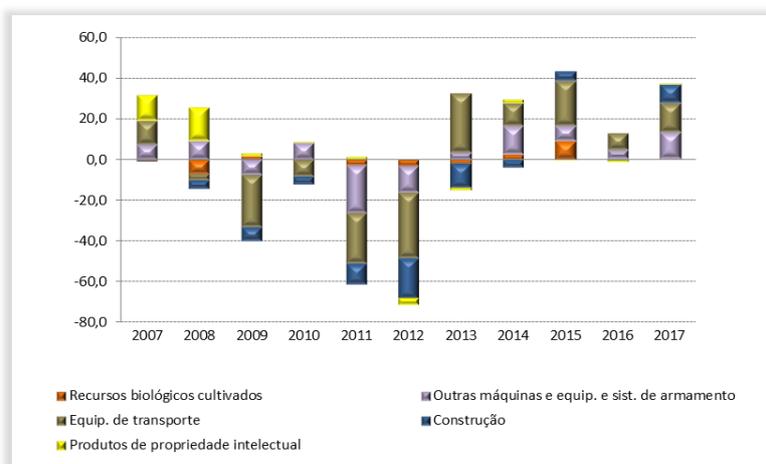


Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre de 2017 e ano 2017

O segmento da construção foi um dos que mais sofreu nos anos apresentados, tendo sido o que mais contribuiu para a redução do investimento. Embora, em 2015 este comportamento tenha alterado, 2016, veio confirmar a tendência apresentada nos anos anteriores e em 2017 voltou a registar um comportamento positivo.

A FBCF da construção passou de uma taxa de -0,3% em 2016 para um acréscimo de 9,2% em 2017. As variações positivas mais significativas registaram-se nas componentes do “equipamento de transportes” e “outras máquinas e equipamentos e sistemas de armamento”.

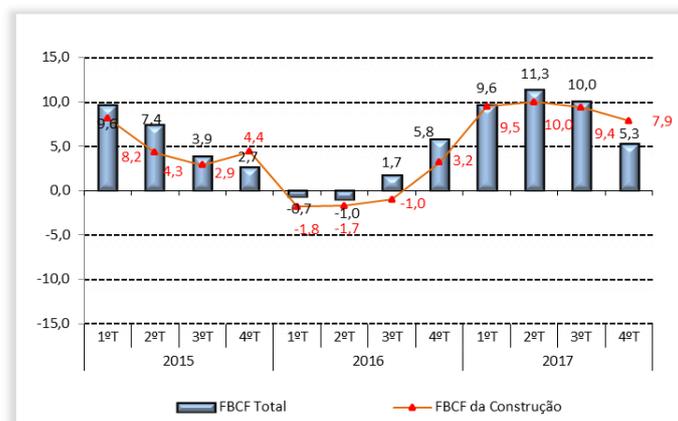
Gráfico 3 – FBCF nos diversos segmentos - Dados encadeados em volume (Taxa de variação anual %)



Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre de 2017 e ano 2017

Numa análise trimestral, o comportamento da FBCF apresentou uma maior variação ou oscilação. No ano de 2015 a FBCF no sector da construção apresentou sempre variações positivas começando em 2016 a inverter essa tendência e apenas no último trimestre de 2016 voltou a registar uma variação positiva de 3,2%. Já em 2017, atingiu a sua maior variação no 2º trimestre com 11,3%.

Gráfico 4 – Formação Bruta de Capital Fixo (taxas de variação homóloga %)



Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre de 2017 e ano 2017

1.3. O Valor Acrescentado Bruto (VAB)

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) apresentou uma taxa de variação positiva de 2,7%, após ter registado em 2016 uma taxa de variação de 1,6%.

No sector da construção, o VAB apresentou uma variação positiva de 6,7%, após sucessivos anos de taxas de variações negativas. Em 2015 esta variação foi nula.

Quadro 4 – Evolução do Valor Acrescentado Bruto em volume

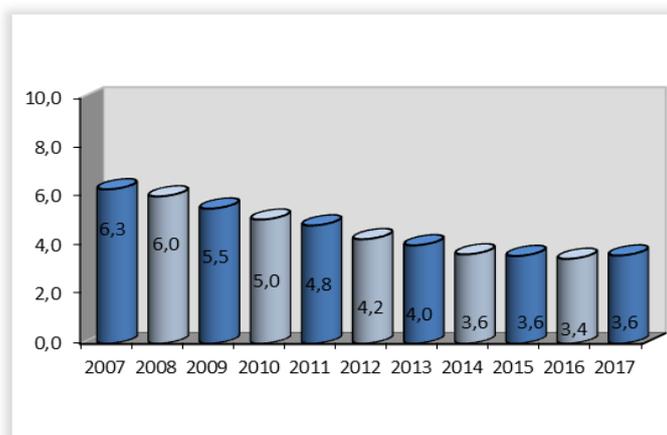
Unidade: milhões de euros

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
VAB Total	181.145,6	181.506,6	176.101,2	179.444,8	176.166,6	169.070,1	167.159,4	168.652,4	171.725,4	174.449,2	179.124,1
Taxas de Variação Anual %	2,5	0,2	-3,0	1,9	-1,8	-4,0	-1,1	0,9	1,8	1,6	2,7
VAB da Construção	11.369,4	10.868,1	9.670,1	9.051,6	8.464,5	7.179,2	6.683,5	6.119,9	6.117,7	6.013,0	6.418,4
Taxas de Variação Anual %	1,8	-4,4	-11,0	-6,4	-6,5	-15,2	-6,9	-8,4	0,0	-1,7	6,7

Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre de 2017 e ano 2017

À semelhança do que se verifica com a FBCF, também o VAB no sector da construção viu diminuir o seu peso, perdendo 2,7 pontos percentuais de 2007 (quando representava 6,3% do VAB total) para 2017 (3,6%). Esta perda de peso relativo corresponde a uma diminuição do valor nominal do VAB da construção, que de um valor de 11.369 milhões de euros em 2007, passou para 6.418 milhões de euros em 2017, diminuindo nominalmente 43,5%.

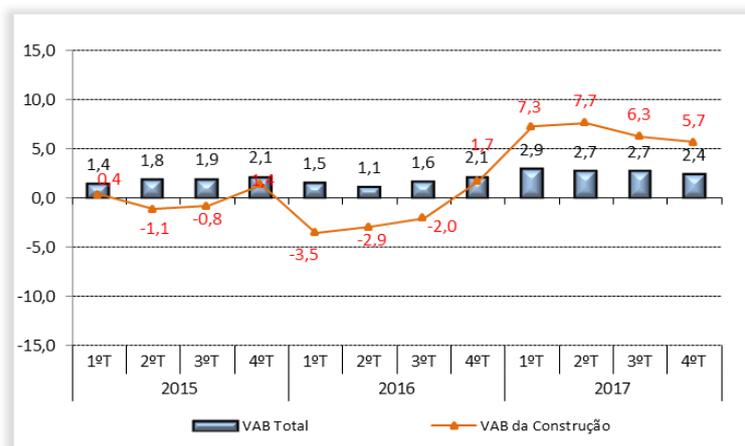
Gráfico 5 – Peso do VAB da Construção no VAB Total (%)



Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre de 2017 e ano 2017

Numa análise trimestral, constata-se que em 2017 o VAB da construção apresentou um desempenho superior ao da economia, invertendo a tendência dos últimos trimestres. Destaque-se para a variação apresentada no 2º trimestre de 2017 em que registou uma taxa de variação positiva de 7,7%.

Gráfico 6 – Valor Acrescentado Bruto (taxas de variação homóloga %)

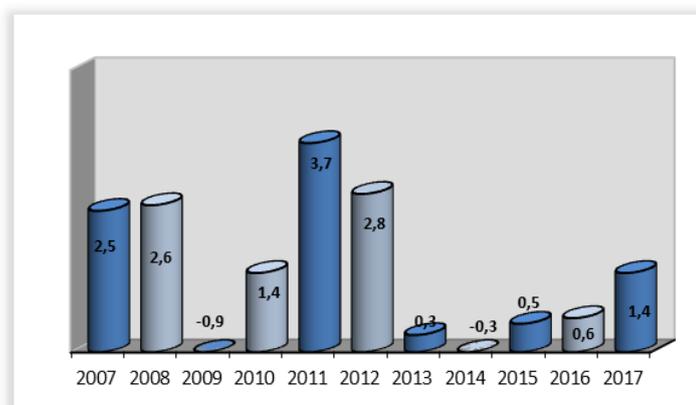


Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre de 2017 e ano 2017

1.4. O Índice de Preços no Consumidor

Segundo dados disponibilizados pelo INE, o indicador da inflação em 2017, registou uma taxa de variação média de 1,4%, comparando com o ano anterior de 0,6%. O aumento da taxa de variação do IPC entre 2016 e 2017 foi influenciado pela evolução positiva dos preços dos produtos energéticos.

Gráfico 7 – Índice de Preços ao Consumidor em Portugal (variação média anual)



Fonte: INE - Índice de Preços no Consumidor – Dezembro de 2017

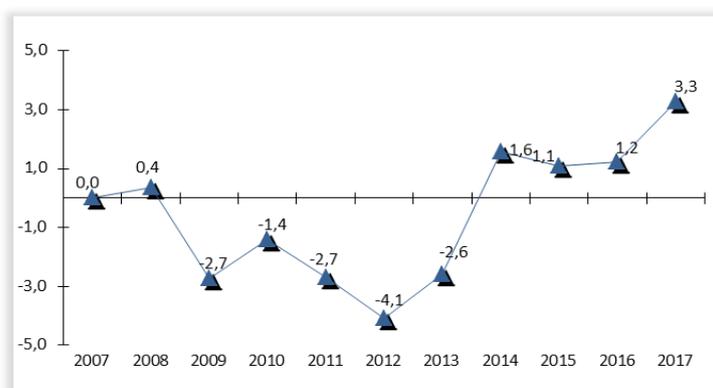
1.5. O Mercado de Trabalho

O Emprego

De acordo com as Estatísticas de Emprego do INE, a população ativa registou em 2017, após vários anos de redução, um aumento de 0,8% face a 2016. A população ativa registou 5.219,4 mil indivíduos, traduzindo num acréscimo de 41 mil indivíduos face a 2016.

A população empregada em 2017 totalizou 4.756,6 mil indivíduos, registando também um acréscimo homólogo de 3,3%. Já em 2016 também tinha apresentado um acréscimo de 1,2%.

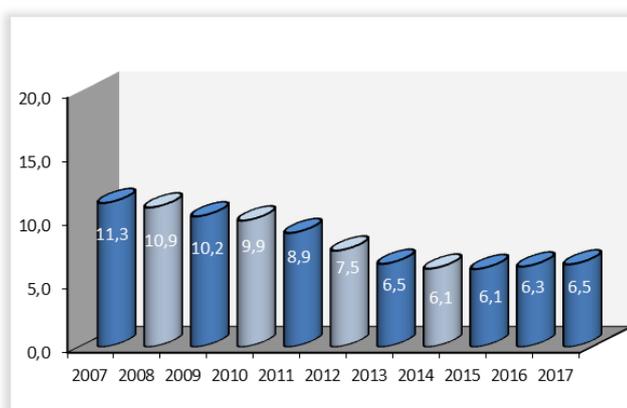
Gráfico 8 – População empregada - Variação Homóloga (%)



Fonte: INE - Estatísticas do Emprego - 4º Trimestre de 2017

O emprego no setor da construção, após anos de sucessivas diminuições, viu em 2016 um aumento de 4,5% e em 2017, um aumento de 6,1%, totalizando cerca de 307,5 mil indivíduos (mais 17,6 mil que em 2016). Este sector representa atualmente 6,5% no emprego total.

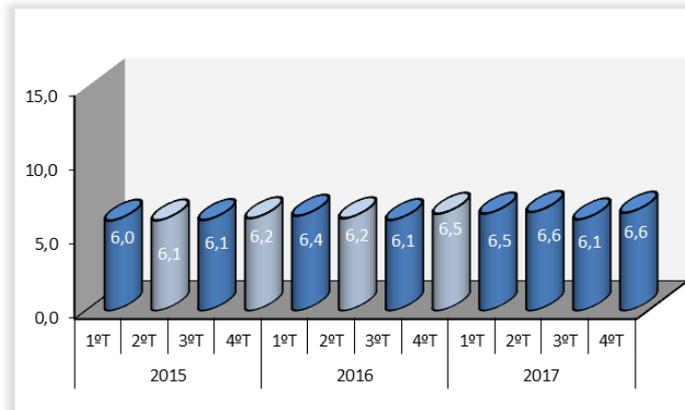
Gráfico 9 – Emprego na Construção / Emprego Total (%)



Fonte: INE - Estatísticas do Emprego - 4º Trimestre de 2017

Em termos trimestrais, nos anos de 2015, 16 e 17, foram muito semelhantes, não sofrendo grandes alterações no que respeita ao número de empregados no sector da construção. No último trimestre de 2017, o setor empregava cerca de 316 mil indivíduos.

Gráfico 10 – Emprego na Construção/Emprego Total - Variação homóloga (%)



Fonte: INE - Estatísticas do Emprego - 4º Trimestre de 2017

2. O MERCADO EM PORTUGAL - INDICADORES SECTORIAIS

2.1. Contextualização

O sector português da construção encerrou 2017 com um desempenho positivo de 2,2% invertendo a tendência de vários anos de quebras consecutivas.

Este desempenho favorável deveu-se ao quadro positivo do segmento de atividade de engenharia civil que apresentou uma taxa variação positiva de 3,4%. A atividade da construção movimenta vários sectores a montante e a jusante da sua cadeia de produção, daí decorrendo que seja considerado um dos sectores impulsionadores da economia nacional, não só pelo seu peso específico na criação de riqueza como também de emprego, tendo em conta o seu óbvio efeito multiplicador, sendo, por isso, uma atividade fundamental para o crescimento da economia.

2.2. Obras Particulares - Licenciadas e Concluídas

Pela análise do gráfico 11, verifica-se que 2017 registou um aumento no número de edifícios licenciados¹ e concluídos². Foram licenciados cerca de 18,5 mil edifícios e concluídos cerca de 12,4 mil edifícios, correspondendo a acréscimos, face a 2016, de 10,6% e de 17,1% respetivamente.

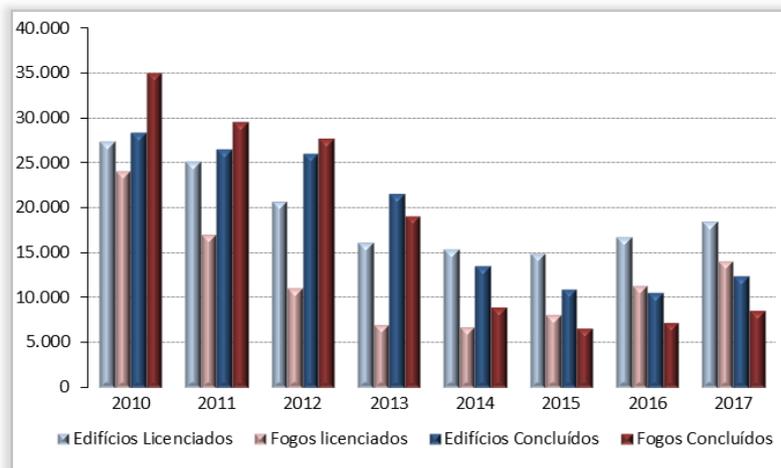
Importa referir que até 2014 o número de fogos concluídos era sempre superior ao número de fogos licenciados significando a importância da conclusão das obras já iniciadas em detrimento do investimento em novo edificado. A partir de 2015 começa a verificar-se uma tendência contrária. Em 2017 licenciaram-se cerca de 14 mil fogos (mais 23,7% face a 2016) e concluiu-se cerca de 8,6 mil fogos (mais 18,4% face a 2016).

Refira-se ainda o acréscimo de licenciamento de fogos em construções novas: 14 mil licenciamentos em 2017, comparando com 2016 que registou 11,3 mil, correspondendo a um aumento de cerca de 23,7%.

¹ O total de edifícios licenciados inclui construções novas, ampliações, alterações, reconstruções e demolições de edifícios.

² O total de edifícios concluídos inclui construções novas, ampliações, alterações e reconstruções de edifícios

Gráfico 11 – Número de Obras Licenciadas e Concluídas 2010 – 2017

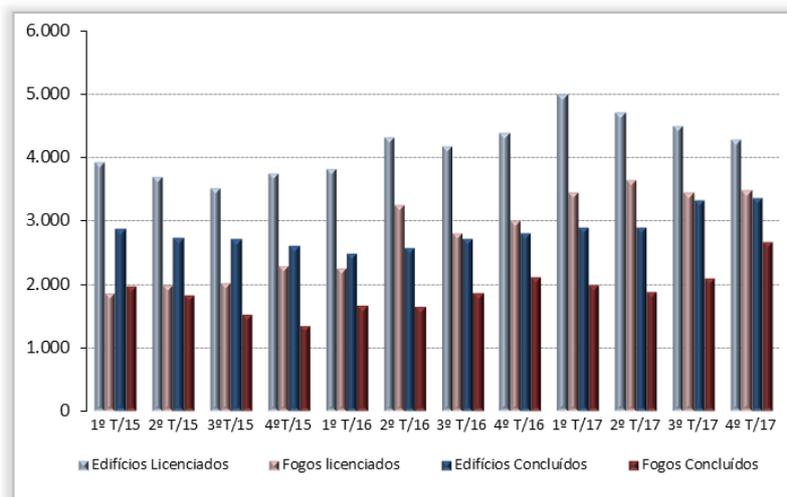


Fonte: INE – Construção: Obras licenciadas e concluídas – 4º trimestre de 2017

Numa análise trimestral, destaca-se o 1º trimestre de 2017, que foi aquele que se licenciou mais edifícios, dos quais 3,4 mil correspondem a fogos em construções novas.

Relativamente ao número de edifícios concluídos, foi o 4º trimestre de 2017 que mais se destacou no gráfico seguinte com 3,3 mil edifícios dos quais 2,7 correspondem a fogos em construções novas.

Gráfico 12 – Número de Obras Licenciadas e Concluídas por trimestre



Fonte: INE – Construção: Obras licenciadas e concluídas – 4º trimestre de 2017

Observando o quadro 5 verificam-se as regiões com maior e menor representatividade no número total de fogos licenciados e concluídos.

Assim, a região Norte é a que representa mais em termos de fogos licenciados e a Região Autónoma da Madeira, a que representa menos.

Situação idêntica para o número de fogos concluídos.

Quadro 5 – Número de fogos licenciados e concluídos em construções novas por região

	licenciados							concluídos						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Norte	4.858	3.346	2.870	3.454	4408	5629	24.565	7.155	4.787	3.147	2.617	2816	3125	23.647
Centro	3.018	2.095	2.075	2.339	2875	3375	15.777	5.206	3.308	2.188	1.694	2117	2395	16.908
Área M. Lisboa	1.741	679	862	1.188	1936	2899	9.305	3.561	2.031	1.104	1.005	996	1535	10.232
Alentejo	809	571	392	541	640	600	3.553	1.325	742	486	397	508	571	4.029
Algarve	543	399	425	496	1093	870	3826	1.160	725	528	581	452	555	4.001
R.A. Açores	263	229	171	255	233	349	1500	534	478	172	232	233	241	1.890
R.A. Madeira	243	131	139	110	187	322	1132	361	359	169	85	134	214	1.322
	11.475	7.450	6.934	8.383	11.372	14.044	59.658	19.302	12.430	7.794	6.611	7.256	8.636	62.029

Fonte: INE – Estatísticas da Construção e Habitação de 2017 e Construção: Obras licenciadas e concluídas – 4º trimestre de 2017

2.3. Obras Públicas

O mercado das obras públicas, apresentou em 2017, uma evolução positiva face aos últimos anos, na sequência da implementação de medidas orçamentais restritivas e redução de investimento público.

O montante total contratado registou um aumento significativo de cerca de 140% em relação ao ano anterior. Também o número de contratos de empreitadas de obras públicas reportados pelos Donos de Obra Pública ao portal BASE aumentou em cerca de 50% face a 2016.

Como consequência destes resultados apurados, também o peso do mercado das obras públicas no PIB e na FBCF, em 2017, apresentaram acréscimos significativos.

Quadro 6 – Valor dos contratos de Empreitadas de Obras Públicas e seu peso

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
milhões de €									
Valor reportado pelos Donos de Obra Pública	4.847,3	2.571,3	2.612,6	1.697,4	2.284,3	1.592,9	1.065,1	788,7	1.920,8
Volumen de Negócios	30.885,8	34.409,4	26.837,3	22.451,7	20.563,6	20.686,2	20.524,1	25.878,7	n.d.
em %									
Peso no PIB	2,8	1,4	1,5	1,0	1,3	0,9	0,6	0,4	1,0
Peso na FBCF Construção	22,6	12,2	13,7	10,9	16,9	12,3	7,8	5,7	12,5
Peso no Vol. de Negócios	14,8	7,7	9,8	7,6	11,1	7,7	5,2	3,0	

Fonte: portal BASE e IMPIC, I.P.

Nota: os dados referentes a 2017 são provisórios

2.4. Taxa de juro implícita

Em 2017, a taxa de juro média anual implícita³ fixou-se em 1,020%, diminuindo 0,079 p.p. face à taxa registada em 2016, observando-se uma redução contínua desde 2014. No destino de financiamento de Aquisição de Habitação, a taxa de juro média situou-se em 1,033%, reduzindo 0,072 p.p. face a 2016.

Quadro 7 – Evolução da Taxa de juro implícita

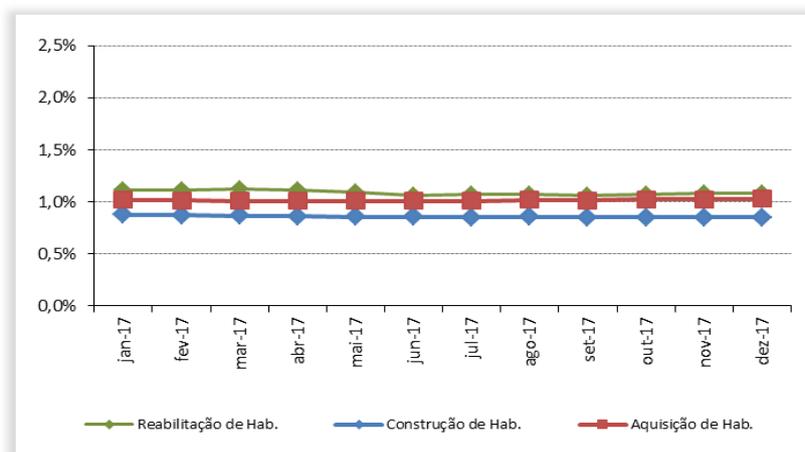
	Total	Aquisição
2013	1,442	1,463
2014	1,456	1,466
2015	1,269	1,276
2016	1,099	1,105
2017	1,020	1,033

Fonte: INE – Taxas de juro implícitas no crédito à habitação (Dez.2017)

O valor médio do capital em dívida para a totalidade dos contratos de crédito à habitação situou-se, em 2017 em 51.572 euros (redução de 224 euros face a 2016).

Em Dezembro, a taxa de juro implícita no conjunto dos contratos de crédito à habitação fixou-se em 1,019%.

Gráfico 13 – Evolução das taxas de juro no crédito à habitação por destino de financiamento



Fonte: INE – Taxas de juro implícitas no crédito à habitação (Dez.2017)

Pela observação do gráfico, verifica-se que, em dezembro, a taxa de juro nos três segmentos manteve-se face aos meses anteriores: Reabilitação de habitação fixou-se em 1,1%; Construção de habitação foi de 0,9% e Aquisição de habitação, a taxa de juro implícita foi de 1,0%.

³ A taxa de juro implícita no crédito à habitação reflete a relação entre os juros totais vencidos no mês de referência e o capital em dívida no início desse mês.

2.5. Valores médios de avaliação bancária

Para o ano de 2017, o valor médio de avaliação bancária da habitação fixou-se em 1.127 euros/m², traduzindo-se num acréscimo de 5% face a 2016. Também nos segmentos dos apartamentos e nas moradias verificaram-se acréscimos de 5,3% e 4,9% respetivamente.

Relativamente a dezembro de 2017, o valor médio da avaliação bancária para o país fixou-se em 1.150 euros/m², correspondendo a um aumento de 0,5% face ao mês anterior e de 4,5% em termos homólogos.

Quadro 8 – Valores médios de avaliação bancária – Habitação (Euros/m²)

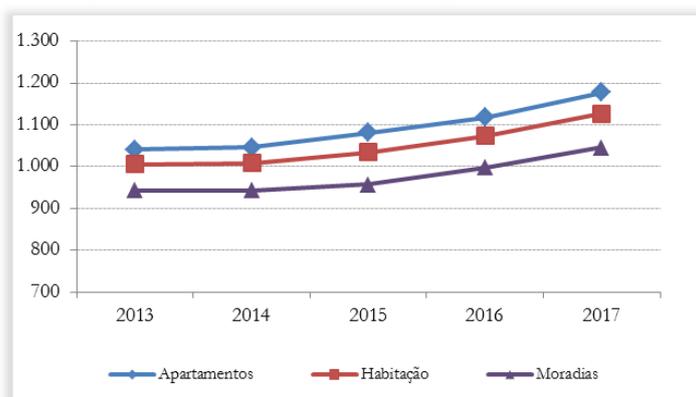
	Dez-16	Jan-17	Fev-17	Mar-17	Abr-17	Mai-17	Jun-17	Jul-17	Ago-17	Set-17	Out-17	Nov-17	Dez-17
Portugal	1.100	1.106	1.109	1.107	1.110	1.111	1.112	1.117	1.122	1.135	1.141	1.144	1.150
Norte	971	982	984	978	978	983	988	993	1.002	1.008	1.016	1.016	1.027
Centro	898	902	907	906	912	915	918	927	930	944	948	957	958
Lisboa	1.330	1.341	1.348	1.353	1.351	1.350	1.344	1.356	1.360	1.381	1.382	1.386	1.392
Alentejo	947	962	954	949	948	959	956	960	962	970	971	964	974
Algarve	1.334	1.361	1.379	1.394	1.390	1.395	1.401	1.404	1.411	1.428	1.450	1.447	1.451
RA Açores	994	987	986	981	995	989	987	979	974	994	989	1.008	999
RA Madeira	1.231	1.223	1.207	1.209	1.226	1.232	1.219	1.222	1.245	1.270	1.291	1.300	1.304

Fonte: INE – Inquérito à avaliação bancária na habitação (Dez.2017)

Nota: Valores que correspondem à média de todos os valores de avaliação bancária de habitação

Ao observar o quadro verificamos, que no último mês do ano, a maioria das regiões registaram variações positivas, com exceção da R.A dos Açores que registou uma diminuição muito suave.

Gráfico 14 – Evolução dos valores médios de avaliação bancária (valores em euros/m²)



Fonte: INE – Inquérito à avaliação bancária na habitação (Dez.2017)

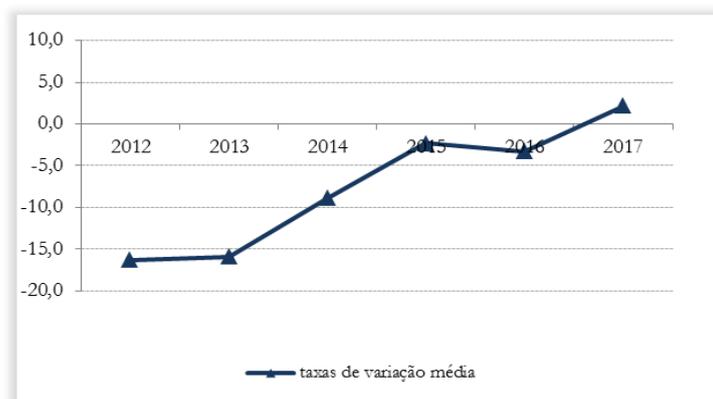
Verifica-se no gráfico 14 que o valor médio da avaliação bancária nos três segmentos tem vindo a aumentar ao longo dos últimos anos. Em 2017 o valor dos apartamentos fixou-se em 1.177 euros/m² e das moradias em 1.046 euros/m².

2.6. Índice de Produção na Construção

O índice de produção na construção apresentou em 2017 um crescimento de 2,2% (variação de -3,9% em 2016).

Os dois segmentos: engenharia Civil e construção de edifícios apresentaram um comportamento semelhante ao índice total, registando um aumento médio anual de 3,4% e 1,3% respetivamente.

Gráfico 15 – Índice de produção na construção



Fonte: INE – Índices de produção, emprego e remunerações na construção (Dez.2017)

2.7. Vendas de cimento para o mercado interno

Os dados disponibilizados pelas principais empresas do sector permitem analisar o quadro de vendas de cimento para o mercado interno. Em 2017 as vendas de cimento registaram um crescimento face a 2016, apresentando uma variação homóloga de 13,8%.

Quadro 9 – Vendas de Cimento para o mercado interno (milhares de toneladas)

	2015					2016					2017				
	1º T	2º T	3º T	4º T	Total	1º T	2º T	3º T	4º T	Total	1º T	2º T	3º T	4º T	Total
	584	632	648	600	2.464	539	601	610	601	2.351	638	673	680	684	2.675
Var. Trimestral	4,3	8,2	2,5	-7,4		-10,2	11,5	1,5	-1,5		6,2	5,5	1,0	0,6	
Var. Homóloga	10,0	4,1	4,3	7,1		-7,7	-4,9	-5,9	0,2		18,4	12,0	11,5	13,8	

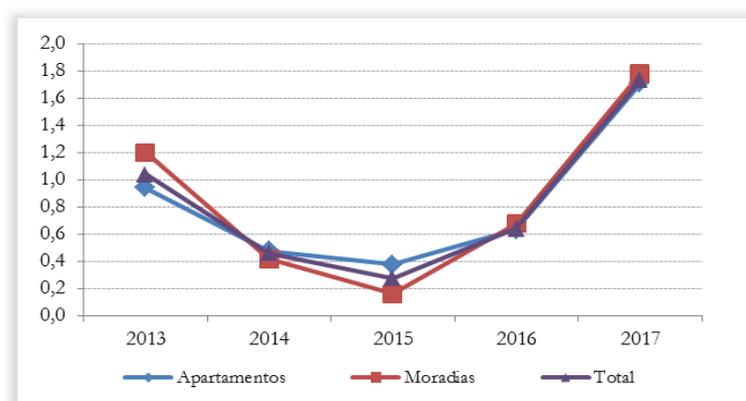
Fonte: dados cedidos ao IMPIC, I.P. pelas principais empresas portuguesas no sector

2.8. Índice de Custos de Construção

A variação média anual do índice de custos de construção de habitação nova fixou-se em 1,7% em 2017 (0,6 em 2016). A taxa de variação média anual do índice relativo ao segmento apartamentos foi de 1,7% e para o segmento moradias foi de 1,8%.

No último mês do ano, o índice de custos de construção registou uma variação homóloga de 1,7% significando um acréscimo de 0,1 pontos percentuais (p.p.) face ao mês anterior.

Gráfico 16 – Índice de custos de construção de habitação nova (variação homóloga %)

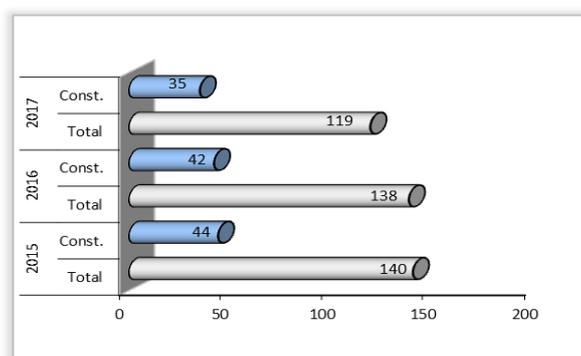


Fonte: INE – Índice de custos de construção de habitação nova (Dez.2017)

2.9. Segurança no Trabalho

O sector da construção continua a ser aquele onde, pela sua natureza e risco, se regista o mais elevado índice de sinistralidade. Segundo dados da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), o número de vítimas mortais diminuiu ligeiramente face a 2016 quer a nível geral como no sector da construção (uma diminuição de 42 para 35 vitimas mortais)

Gráfico 17 – Número de acidentes de trabalho mortais



Fonte: ACT

3. O TECIDO EMPRESARIAL DO SECTOR DA CONSTRUÇÃO

3.1. Títulos emitidos

A nova lei da construção, Lei n.º41/2015, de 3 de junho, veio estabelecer o novo regime aplicável ao exercício da atividade da construção, revogando o Decreto-Lei n.º12/2004, de 9 de janeiro, passando a existir o exercício da atividade de Empreiteiro de Obras Públicas (*Alvará de Empreiteiro de Obras Públicas e Certificado de Empreiteiro de Obras Públicas*) e o exercício da atividade de Empreiteiro de Obras Particulares (*Alvará de Empreiteiro de Obras Particulares e Certificado de Empreiteiro de Obras Particulares*).

Os Alvarás de Empreiteiro de Obra Pública e de Obra Particular correspondem aos antigos Alvarás no Decreto-Lei n.º12/2004, agora divididos em obra pública e obra particular e os Certificados de Empreiteiro de Obra Pública e de Obra Particular correspondem aos antigos Títulos de Registo, agora também divididos em obra pública e obra particular.

Consoante a classe do alvará de que é titular uma empresa de construção, assim se determina o valor limite das obras que poderá executar, de acordo com as categorias e subcategorias constantes na Portaria n.º 19/2004, de 10 de janeiro. Em 2017⁴ vigoraram os limites que constam do quadro seguinte:

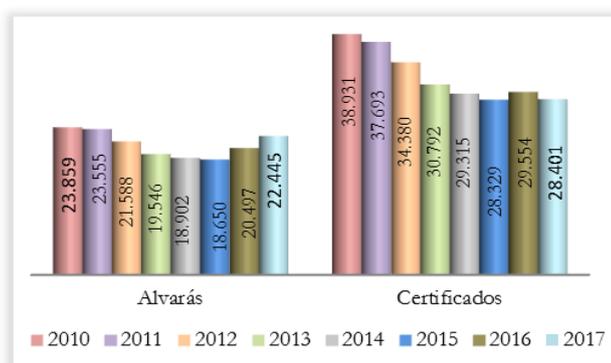
Quadro 10 – Classes de alvarás

Classe das Habilitações	2017
1	166.000 €
2	332.000 €
3	664.000 €
4	1.328.000 €
5	2.656.000 €
6	5.312.000 €
7	10.624.000 €
8	16.600.000 €
9	Acima de 16.600.000 €

No final de 2017, existiam no sector da construção 22.445 empresas habilitadas com alvará (atual Alvará de Empreiteiro de Obras Públicas e de Obras Particulares) e 28.401 com Título de Registo (atual Certificado de Empreiteiro de Obras Públicas e Obras Particulares).

⁴ A Portaria n.º119/2012, de 30 de abril com a retificação n.º27/2012 de 30 de maio estabelece a correspondência entre as classes e os valores das obras que os titulares de alvará ficam autorizados a executar

Gráfico 18 – Títulos habilitantes válidos 2010/2017



Fonte: IMPIC, I.P.

Desde 2010 que o número de empresas detentoras de Alvarás e Certificados tem vindo a decrescer. O ano de 2016 veio inverter essa tendência com um acréscimo de títulos habilitantes na ordem dos 6,5% face a 2015. Em 2017, registou-se novamente um aumento no número de alvarás, de 9,5%. No entanto o número de certificados apresentou uma ligeira redução de 3,9%. No total de títulos habilitantes, 2017 registou um aumento de 1,6% face a 2016.

3.1.1. Distribuição por classe de alvarás

Relativamente à distribuição de alvarás por classes, verificou-se um aumento de alvarás na maioria das classes, com exceção das classes 1, 3 e 9. No final de 2017, cerca de 46% (10.349) das empresas registadas, eram detentoras de alvará em classe 1, no entanto a classe 2 foi a que obteve maior aumento de número de empresas relativamente a 2016 (mais 2.093 empresas).

Quadro 11 – Distribuição do número de empresas por classe de alvará

Classes	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Peso	Varição 2017/2016
Classe 1	15.614	14.958	14.580	14.511	13.037	11.811	11.375	11.619	10.666	10.349	46,1%	-3,0%
Classe 2	2.840	3.393	3.465	3.399	3.295	3.025	2.963	2.940	5.318	7.411	33,0%	39,4%
Classe 3	2.834	2.673	2.590	2.450	2.219	1.950	1.848	1.739	1.810	1.807	8,1%	-0,2%
Classe 4	1.632	1.635	1.614	1.546	1.448	1.282	1.252	1.099	1.271	1.355	6,0%	6,6%
Classe 5	948	1.007	1.018	1.036	1.035	954	955	804	930	1.004	4,5%	8,0%
Classe 6	290	323	321	334	291	274	260	219	255	268	1,2%	5,1%
Classe 7	120	126	135	132	123	115	120	117	129	130	0,6%	0,8%
Classe 8	38	43	40	44	42	45	46	36	43	51	0,2%	18,6%
Classe 9	84	86	96	103	98	90	83	77	75	70	0,3%	-6,7%
Total	24.400	24.244	23.859	23.555	21.588	19.546	18.902	18.650	20.497	22.445	100,0%	9,5%

Fonte: IMPIC, I.P.

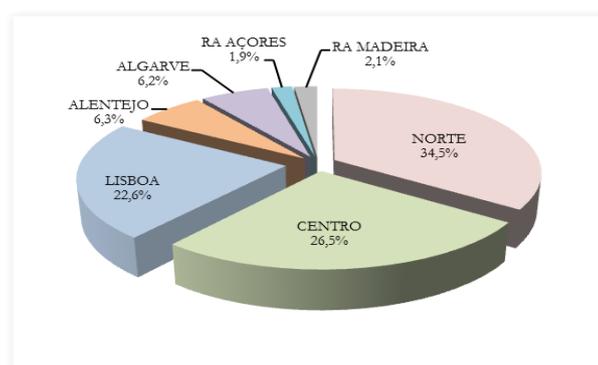
O número de empresas detentoras de alvará nas três primeiras classes atingiu 87% (19.567) do total das empresas registadas. Saliente-se o facto de a classe 1 e 2 representarem cerca de 79% do mercado, ou seja, ¾ das empresas de construção, podendo executar obras até 332.000€.

3.1.2. Distribuição geográfica

Relativamente à distribuição geográfica (Nuts II), verifica-se que as regiões do Norte e Centro detêm um maior número de empresas com alvará, respetivamente 34,5% e 26,5%.

Em termos de distritos, Lisboa detém a maior parcela de empresas detentoras de alvará, cerca de 19,2% do total de agentes económicos detentores do país, logo seguida do Porto com cerca de 14,6%.

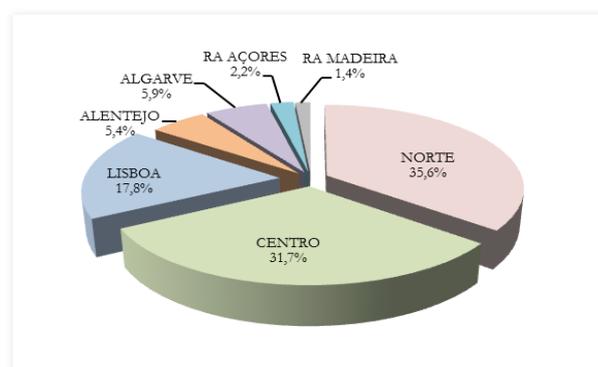
Gráfico 19 – Distribuição de Alvarás por Região Nuts II (2017)



Fonte: IMPIC, I.P.

Situação idêntica na distribuição geográfica para as empresas detentoras de certificados. O Norte é detentor de 35,6% dos certificados e o Centro, de 31,7%. Na distribuição por distritos, Lisboa detém cerca de 15,4% de empresas detentoras de certificados e o Porto detém 14,5%.

Gráfico 20 – Distribuição de Certificados por Região Nuts II (2017)



Fonte: IMPIC, I.P.

3.2. Análise da situação financeira das empresas no exercício de 2016

3.2.1. Sector da construção

A atual Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, que estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção, e que revogou o anterior Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de janeiro, determina que a capacidade económica e financeira das empresas de construção é avaliada através dos valores de capital próprio e de rácios relativos ao equilíbrio financeiro, mediante consulta à Informação Empresarial Simplificada, tendo em conta os indicadores de Liquidez Geral e de Autonomia Financeira. Assim, as empresas detentoras de alvará de construção, com contabilidade organizada, devem cumprir requisitos mínimos em função de, entre outros, valor do Capital Próprio, indicadores de Liquidez Geral e Autonomia Financeira⁵.

Tendo por base as demonstrações financeiras de uma amostra de 17.461 empresas, 98 das quais com dupla habilitação, relativas ao ano de 2016, correspondendo a cerca de 85% do número total de empresas que no final de 2016 eram, detentoras de alvará (20.497), é possível uma caracterização genérica das empresas de construção reguladas pelo IMPIC.

Quadro 12 – Amostra das empresas objeto de análise

Classes	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Habilitação em obras públicas									
Nº Alvarás válidos	9.949	3.791	1.722	1.218	907	246	124	43	75
Nº empresas Amostra	8.024	3.449	1.655	1.194	875	239	120	42	72
Habilitação em obras particulares									
Nº Alvarás válidos	717	1.527	88	53	23	9	5	0	0
Nº empresas Amostra	452	1.195	75	43	20	6	1	0	0

Fonte: IMPIC, I.P.

Muitas das características do tecido empresarial de determinada atividade são evidenciadas pela análise da situação económica e financeira das empresas, tendo em consideração alguns indicadores económico-financeiros, designadamente, *Liquidez Geral*, *Autonomia Financeira*, *Rentabilidade dos Capitais Próprios*, *Custos com o Pessoal* e *Volume de Negócios*, com base no cálculo dos quartis superior, inferior e mediana.

Procede-se a uma análise/comparação da documentação fiscal (Balanço e Demonstração de Resultados) da amostra de empresas mencionada. A documentação em causa reporta-se ao ano fiscal de 2016 e foi disponibilizada ao IMPIC no âmbito do processo de revalidação anual de alvarás para 2018. Assim:

⁵ N. 2 do art. 11.º do referido diploma.

Liquidez Geral⁶

O rácio de *Liquidez Geral* traduz a capacidade de uma empresa satisfazer e assumir os compromissos de curto prazo. Sendo um dos indicadores cujo cumprimento é exigido pela Lei n.º 41/2015, de 3 de junho⁷, as empresas detentoras de alvará em classe máxima superior à 2 não podem deter menos de 100% neste rácio, no exercício em análise ou na média dos três últimos exercícios.

Em 2016, este requisito foi cumprido pela maioria das empresas, tendo sido apresentado, em 75% dos casos analisados, uma *Liquidez Geral* superior a 128% (em 2015 foi de 129%).

Quadro 13 – Liquidez Geral

Liquidez Geral (%)	Quartil Superior	376%
	Mediana	199%
	Quartil Inferior	128%

Fonte: IMPIC, I.P.

Pela análise do quadro 13, verifica-se que a mediana neste indicador foi de 199%. O quartil inferior foi de 128%, valor acima do limite legal vigente (100%).

No entanto 1.842 empresas (cerca de 12%) apresentaram uma liquidez com valor inferior a 100%, sendo que cerca de 86% são detentoras de classe 1 ou 2. Verifica-se ainda que 253 empresas, detentoras de alvarás e classe superior à 2, demonstraram em 2016 fortes dificuldades em manter a mesma classe de alvará por incumprimento deste indicador.

Quadro 14 – Número de empresas com Liquidez Geral inferior a 100% por classe

Total de empresas	N.º
Classe 1	1.034
Classe 2	555
Classe 3	115
Classe 4	64
Classe 5	50
Classe 6	17
Classe 7	5
Classe 8	1
Classe 9	1
Total	1.842

Fonte: IMPIC, I.P.

⁶ $Liquidez\ Geral = \frac{Activo\ corrente}{Passivo\ Corrente}$

⁷ N.º 2 do art. 11.º do referido diploma

Autonomia Financeira⁸

A Autonomia Financeira é outro dos indicadores exigidos para efeitos de permanência na atividade, para as empresas de classe superior à 2.

Quadro 15 – Autonomia Financeira

Autonomia Financeira (%)	Quartil Superior	57%
	Mediana	35%
	Quartil Inferior	17%

Fonte: IMPIC, I.P.

Tendo por referência o limite mínimo atualmente exigido (5%) às empresas da classe superior a 2, verifica-se que 1.892 empresas (cerca de 12% das empresas analisadas) apresentaram um rácio inferior àquele limiar, não cumprindo assim este requisito.

Quadro 16 – Número de empresas com Autonomia Financeira inferior a 5% por classe

Total de empresas	N.º
Classe 1	1.092
Classe 2	612
Classe 3	81
Classe 4	54
Classe 5	33
Classe 6	10
Classe 7	5
Classe 8	2
Classe 9	3
Total	1.892

Fonte: IMPIC, I.P.

Rentabilidade dos Capitais Próprios⁹

Este é um indicador que reflete a capacidade de sobrevivência financeira da empresa e a potencialidade de atrair capitais próprios alheios.

Quadro 17 – Rentabilidade dos Capitais Próprios

Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	Quartil Superior	23%
	Mediana	7%
	Quartil Inferior	0,9%

Fonte: IMPIC, I.P.

Saliente-se que neste indicador os valores dos quartis aumentaram em 2016 comparando com o ano anterior. As empresas situadas no quartil inferior têm uma reduzida capacidade de remunerar capitais

⁸ $Autonomia\ financeira = \frac{Capital\ Próprio}{Total\ do\ Ativo}$

⁹ $Rentabilidade\ dos\ capitais\ próprios = \frac{Resultado\ Líquido\ do\ Exercício}{Capital\ Próprio}$

investidos, o que se poderá dever a um baixo valor de resultados líquidos, no entanto o valor médio em 2016 de resultados líquidos foi superior à média apurada em 2015.

Custos com o Pessoal

Este indicador evidencia, de certa forma, a dimensão da empresa, dado apresentar uma correlação direta com a classe máxima detida no alvará.

Em 2016, verificou-se uma ligeira redução em gastos com pessoal no quartil superior e inferior, face a 2015.

Metade das empresas apresentou um valor de gastos com pessoal superior a 76.494€, o que significa um aumento de 0,6% face ao apurado em 2015 (76.054€).

Quadro 18 – Custos com Pessoal

Custos com Pessoal (€)	Quartil Superior	180.712€
	Mediana	76.494€
	Quartil Inferior	35.648€

Fonte: IMPIC, I.P.

Volume de Negócios¹⁰

Este indicador também apresenta uma correlação direta com a classe máxima detida no alvará, à semelhança dos custos com pessoal.

Quadro 19 – Volume de Negócios em Obra

Volume de Negócios em Obra (€)	Quartil Superior	708.985€
	Mediana	269.808€
	Quartil Inferior	115.055€

Fonte: IMPIC, I.P.

Em 2016, metade das empresas apresentou um volume de negócios superior a 269.808€, traduzindo-se numa diminuição de 2,7% face ao apurado em 2015 (277.423€).

¹⁰ O Volume de negócios reporta-se a toda a atividade da empresa, e não apenas ao valor afeto à atividade da construção

4. A EUROPA

4.1. Portugal e os países do *Euroconstruct*¹¹

De acordo com as previsões do EUROCONSTRUCT, em novembro de 2017, a construção europeia crescerá 2,6% em 2018. Prevê-se que o ritmo desacelere em relação aos 3,5% do estimado para 2017. No entanto o crescimento continuará em 2019 e 2020. O crescimento da construção na Europa é amplo e ocorre em todos os principais setores: residencial, não residencial e engenharia civil, tanto em construções novas como em reabilitação. O segmento dos novos edifícios residenciais abrandará e o foco de crescimento será transferido para o segmento da engenharia civil.

O desenvolvimento deste setor deve-se em parte ao crescimento económico mais robusto com implicações positivas para o rendimento do agregado familiar, lucros das empresas e o estado das finanças públicas. Além disso, a taxa de juro baixa, os fluxos migratórios internos e de imigração bem como o “atraso” que se acumulou em infraestruturas desde a crise financeira ajudam agora o crescimento deste setor.

Segundo a mesma fonte, para Portugal, a taxa de “output” no sector da construção, em 2017 foi de 6%, após ter registado, em 2016, uma taxa negativa de -1,5%. Na última década este sector tem registado taxas de “crescimento” negativas (com exceção de 2015 com 3,5%), destacando-se 2012 e 2013 com -15,5% e -14,5%, respetivamente. Importa ainda referir que Portugal foi um dos mais atingidos pela recessão nestes últimos anos, registando diminuições no PIB de -4,0% em 2012.

Quadro 20 – Output da Construção (taxas de crescimento real %)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 (p)	2019 (p)
Portugal	-4,8	-9,8	-6,2	-10,0	-15,5	-14,5	-1,0	3,5	-1,5	6,0	5,0	5,0
Países do <i>Euroconstruct</i>	-3,7	-8,9	-3,3	0,3	-6,3	-2,4	1,1	1,8	2,5	3,5	2,6	2,1

Fonte: 84nd *Euroconstruct Conference*

Notas: (p):previsto

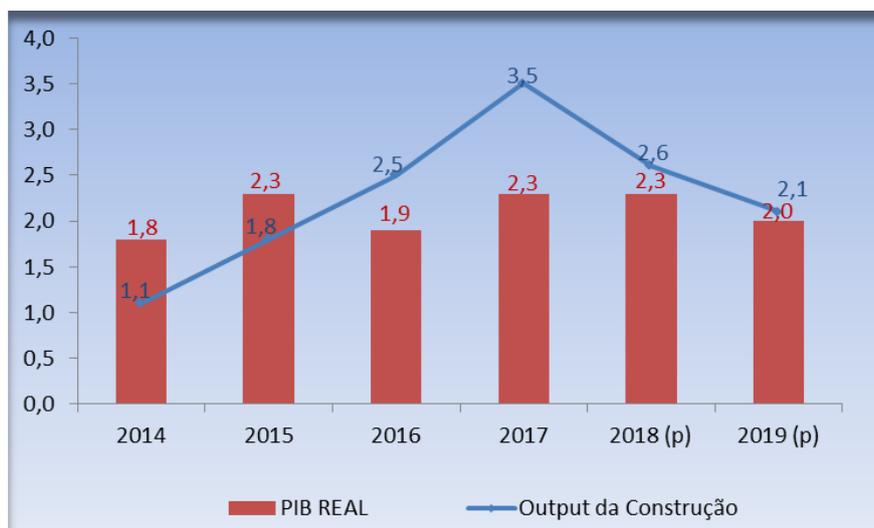
¹¹ Áustria, Bélgica, Republica Checa, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Hungria, Irlanda, Itália, Países Baixos, Noruega, Polónia, Portugal, Eslováquia, Espanha, Suécia, Suíça e Inglaterra.

No entanto tendo em conta as previsões desta conferência, estima-se para Portugal um output da construção de 5% para 2018 e igualmente 5% para 2019.

Os anos de 2008 a 2013 foram drásticos para os países da União Europeia, provocando recessões em vários Estados Membros e conduzindo a quedas acentuadas na produção da construção.

Segundo a mesma fonte, destaque-se a Irlanda que apresentou em 2017, uma taxa de variação positiva na produção da construção de 14,6% bem como a Hungria com uma taxa de variação positiva de 25,5%. Já Espanha, registou uma taxa de variação na produção da construção de 4,1% e prevê-se que em 2018 cresça para 3,8%.

Gráfico 21 – Produção no setor da construção versus PIB no conjunto dos Países do *Euroconstruct* (taxas de variação em %)



5. SÍNTESE

Nestes últimos anos as economias europeias bem como as dos países emergentes sofreram alterações profundas na sua atividade.

Este cenário é claramente um dos efeitos da crise que a Europa atravessou, podendo dividir-se em duas fases (2008-2011) quando o mercado da construção caiu cerca de 15%, a estagnação em 2011 e, posteriormente, um “duplo mergulho” inesperado no período (2012-2013), durante o qual o sector reduziu para mais de 7%.

Também importa referir, que como consequência deste cenário, os três segmentos do setor, mercado residencial, não residencial e engenharia civil, viram os seus níveis de investimento reduzirem bastante, ora pela imposição e medidas restritivas ao investimento público por parte dos governos, ora pelo endividamento dos contribuintes, acompanhado de uma taxa de desemprego elevada, ora pela falta de liquidez das entidades bancárias. Tudo isto influenciou gravemente o setor da construção que sendo um setor que funciona como barómetro da economia, acabou por diretamente afetar a atividade económica.

No entanto é salientar que 2014, foi o ano em que registou algum crescimento e 2015 veio consolidar e tornar visível esse mesmo crescimento na maior parte dos indicadores macroeconómicos e no próprio setor da construção.

Importa também referir, que em 2017, o enquadramento externo da economia portuguesa foi muito favorável. A atividade e o comércio mundial aceleraram, num contexto de sustentação de políticas monetárias acomodáticas repercutindo-se nas economias mais “frágeis”.

Segundo as projeções do Banco de Portugal, para o período 2018-2020, apontam para uma continuação do crescimento da economia portuguesa, embora a um ritmo progressivamente menor, em linha com a evolução projetada para o conjunto da área do euro. Após um crescimento de 2,7%, em 2017, o Produto Interno Bruto português deverá crescer 2,3% em 2018 e 1,9% em 2019, refletindo o dinamismo das exportações e na recuperação do investimento a par de um crescimento moderado do consumo privado que será acompanhado pelo aumento de emprego no sector privado e pela redução contínua da taxa de desemprego.

A economia portuguesa continua a enfrentar grandes desafios. Por um lado, é importante garantir um aumento significativo da produtividade, bem como assegurar uma distribuição dos retornos do crescimento económico que contribua para um grau elevado de coesão social. Por outro lado, importa intensificar os progressos observados na correção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados que ainda caracterizam a economia portuguesa.

6. FONTES ESTATÍSTICAS

Variáveis e fontes			
Nível	Variável	Fonte	
Envolvente Macroeconómica	PIB	INE	
	FBCF		
	VAB		
	Consumo Privado		
	Índice de Preços no Consumidor		
	Emprego e Desemprego		INE, IIEFP
	Défice Orçamental; Indicadores Macroeconómicos, Projeções	Banco de Portugal	
Sector da Construção	Mercado em Portugal	Obras Particulares: Licenciadas e Concluídas	INE
		Contratos de Empreitadas de Obras Públicas	Portal BASE / IMPIC
		Índice de Produção na Construção e Obras Públicas	INE
		Vendas de Cimento para o mercado externo	Cimpor, Secil
		Índice de Custo de Construção de Habitação Nova	INE
		Acidentes de Trabalho	ACT
		Taxa de Juro implícita no crédito à habitação	INE
		Valores de avaliação bancária	
	Tecido Empresarial	Alvarás e Certificados de Empreiteiros	IMPIC
		Insolvências	
		Indicadores económico-financeiros das empresas inscritas no IMPIC, I.P.	
	Macro-enquadramento Europa	Variação da Produção de Edifícios Residenciais e Não Residenciais e de Obras de Engenharia Civil	Euroconstruct
		Variação do PIB	